

AVANÇASP



CÂMARA MUNICIPAL DE AMERICANA

CONCURSO PÚBLICO  
01/2024

# PROCURADOR JURÍDICO

## Leia atentamente as instruções abaixo

### 1. PROVA E FOLHA DE RESPOSTAS

Além deste Caderno de Prova, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

- 01 (uma) Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas. Confira se seus dados estão corretos.
- 01 (uma) Folha de Respostas destinado à transcrição do Texto definitivo da peça Prático-Profissional. Confira se seus dados estão corretos.

### 2. TEMPO

- 04h30 (quatro horas e trinta minutos) é o tempo disponível para realização da prova, já incluído o tempo para marcação da Folha de Respostas da prova objetiva;
- **01 (uma) hora** após o início da prova é possível, retirar-se da sala levando o caderno de prova;

### 3. INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm 05 (cinco) alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente **uma** delas está correta;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, informe imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais na Folha de Respostas, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preenchimento;
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca de Folha de Respostas em caso de erro de marcação pelo candidato;

- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.

- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na Folha de Respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;

- Ao se retirar, entregue a Folha de Respostas preenchida e assinada ao Fiscal de Sala.

**SERÁ ELIMINADO do presente certame o candidato que:**

a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;

b) portar ou usar, qualquer tipo de aparelho eletrônico (calculadoras, bips/pagers, câmeras fotográficas, filmadoras, telefones celulares, smartphones, tablets, relógios, walkmans, MP3 players, fones de ouvido, agendas eletrônicas, notebooks, palmtops ou qualquer outro tipo de computador portátil, receptores ou gravadores) seja na sala de prova, sanitários, pátios ou qualquer outra dependência do local de prova;

c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou a Folha de Respostas;

d) se recusar a entregar a Folha de Respostas, quando terminar o tempo estabelecido;

e) não assinar a Lista de Presença e/ou a Folha de Respostas.

CADERNO DE QUESTÕES

PROVA OBJETIVA

---

**LÍNGUA PORTUGUESA**

---

**TEXTO**

---

**Leia o texto para responder às questões de 1 a 7.**

**Como tamanho e formato do crânio influenciam na longevidade de um cão**

Cachorros são uma das espécies animais mais diversas do ponto de vista do fenótipo (ou seja, das características morfológicas, físicas e até comportamentais). Um dos aspectos que pode variar conforme a raça é a longevidade.

Pensando nisso, pesquisadores analisaram dados de milhares de cachorros do Reino Unido, com o objetivo de identificar as raças que geralmente estão associadas a um menor tempo de vida. Os resultados foram publicados na revista *Scientific Reports*, na última quinta-feira (1º).

Para realizar esse estudo, os pesquisadores utilizaram dados de mais de 580 mil cães do Reino Unido, de 150 raças. As informações dizem respeito a raça, sexo, data de nascimento e data da morte (em cerca de 280 mil casos, os cachorros já haviam morrido).

Os animais foram classificados em raças puras ou mistas, seguindo as diretrizes da organização inglesa Kennel Club. Eles foram divididos de acordo com o tamanho (pequeno, médio ou grande) e o formato do crânio: braquicefálicos (com focinho achatado), mesocefálicos (com focinho médio) ou dolicocefálicos (com focinho longo).

Os cálculos feitos pelos pesquisadores indicam que cachorros dolicocefálicos pequenos têm expectativa de vida mais alta no Reino Unido: 13,3 anos, em média, para machos e fêmeas. É o caso, por exemplo, de Dachshund miniatura, Pastor-de-shetland e Whippet. Já os braquicefálicos de tamanho médio (como o buldogue inglês) têm menor expectativa de vida: 9,1 anos para machos e 9,6 anos para fêmeas. O artigo ainda destaca a média para outras raças comuns: Labrador (13,1 anos), Jack Russell Terrier (13,3 anos) e Cavalier King Charles Spaniel (11,8 anos). Além disso, no estudo, raças puras apresentaram expectativa de vida maior

que as mistas: 12,7 anos para as puras e 12 anos para as mistas. Também foi observada uma diferença entre fêmeas (12,7 anos) e machos (12,4 anos).

Conduzir trabalhos científicos focados em cachorros é uma forma importante de aprimorar as discussões sobre a saúde e o bem-estar desses animais. No entanto, vale ressaltar que esses resultados são válidos no contexto do Reino Unido, como constataam os autores da pesquisa, em nota. Considerando que as raças de cachorros apresentam uma série de diferenças – quanto a morfologia, comportamento e longevidade, por exemplo –, é necessário que também sejam feitas outras pesquisas com amostras mais variadas.

**Revista Galileu.** Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/ciencia/biologia/noticia/2024/02/como-tamanho-e-formato-do-cranio-influenciam-na-longevidade-de-um-cao.ghtml>

---

**QUESTÃO 01**

---

A partir dos dados expostos no texto, é possível afirmar todas as colocações apontadas a seguir para o contexto do Reino Unido, com exceção de:

- (A) a expectativa de vida de cães da raça Cavalier King Charles Spaniel fica entre a expectativa de vida da raça Dachshund miniatura e a da raça Buldogue inglês.
- (B) cães dolicocefálicos têm uma expectativa de vida maior em comparação com cães braquicefálicos.
- (C) raças de grande porte têm uma expectativa de vida maior em comparação com raças de pequeno porte.
- (D) a expectativa de vida de dolicocefálicos de pequeno porte é igual para machos e fêmeas.
- (E) fêmeas braquicefálicas têm maior expectativa de vida que machos com o mesmo formato de crânio.

**Considere o excerto a seguir para responder às questões 2 e 3:**

“Conduzir trabalhos científicos focados em cachorros é uma forma importante de aprimorar as discussões sobre a saúde e o bem-estar desses animais. No entanto, vale ressaltar que esses resultados são válidos no contexto do Reino Unido, como constata os autores da pesquisa, em nota.”

### QUESTÃO 02

Enquanto recurso de coesão textual, o papel da locução “no entanto”, no excerto apresentado, é de:

- (A) referenciação anafórica.
- (B) sequenciação.
- (C) referenciação catafórica.
- (D) sinonímia.
- (E) hiperonímia.

### QUESTÃO 03

As palavras “*desses*” e “*no*” são classificadas gramaticalmente como contrações. Isso porque cada uma delas envolve duas palavras contraídas em uma só forma. No primeiro caso, uma palavra de uma classe gramatical “X” é contraída com um pronome demonstrativo. No segundo caso, outra palavra da mesma classe gramatical “X” é contraída com um artigo definido. Essa classe gramatical denominada “X” é:

- (A) conjunção.
- (B) pronome.
- (C) preposição.
- (D) substantivo.
- (E) pronome.

### QUESTÃO 04

Considere o excerto: “Cachorros são uma das espécies animais mais diversas do ponto de vista do fenótipo (ou seja, das características morfológicas, físicas e até comportamentais).” As palavras “*mais*”, “*ou*”, “*fenótipo*” e “*até*”, que ocorrem no excerto apresentado, classificam-se gramaticalmente e respectivamente como:

- (A) adjetivo, conjunção, adjetivo, preposição.
- (B) adjetivo, preposição, substantivo, advérbio.
- (C) advérbio, preposição, adjetivo, preposição.
- (D) advérbio, conjunção, substantivo, preposição.
- (E) advérbio, conjunção, substantivo, advérbio.

### QUESTÃO 05

As palavras apresentadas a seguir, retiradas do texto, têm elementos mórficos que indicam diferentes processos de formação. Analise-as e assinale aquela que indica, por sua forma, um processo de composição.

- (A) organização.
- (B) comportamento.
- (C) longevidade.
- (D) braquicefálicos.
- (E) pesquisadores.

### QUESTÃO 06

Considere o excerto: “Para realizar esse estudo, os pesquisadores utilizaram dados de mais de 580 mil cães do Reino Unido, de 150 raças.” No contexto apresentado, o verbo “*utilizar*” está conjugado no:

- (A) pretérito imperfeito do modo indicativo.
- (B) pretérito perfeito do modo indicativo.
- (C) futuro do pretérito do modo indicativo.
- (D) pretérito imperfeito do modo subjuntivo.
- (E) infinitivo flexionado.

**QUESTÃO 07**

Analise as palavras compostas “*quinta-feira*”, “*Pastor-de-shetland*” e “*bem-estar*”, que ocorrem no texto. Aquela(s) em que, quando pluralizada(s), apenas o último elemento varia é (são):

- (A) quinta-feira.
- (B) Pastor-de-shetland.
- (C) bem-estar.
- (D) quinta-feira e bem-estar.
- (E) Pastor-de-shetland e quinta-feira.

**QUESTÃO 08**

Considere a seguinte sentença: “Acautelou os soldados \_\_\_ a chegada da neve.” No contexto apresentado, o verbo “acautelar” é transitivo indireto. Assinale a alternativa que indica corretamente a preposição requerida pelo verbo.

- (A) contra.
- (B) a.
- (C) para.
- (D) com.
- (E) sobre.

**QUESTÃO 09**

Analise as palavras a seguir e assinale a alternativa em que todas as palavras dadas flexionam em gênero e em número.

- (A) representante; escritor; vizinha.
- (B) fisioterapeuta; aluno; vigia.
- (C) trabalhador; pesquisador; mestre.
- (D) lápis; jogador; poeta.
- (E) planeta; professor; enxadrista.

**QUESTÃO 10**

Analise as sentenças a seguir e assinale a alternativa em que não ocorre desvio ortográfico ou gramatical.

- (A) A atitude de Valéria foi muito desrespeitosa ao meu ver.
- (B) Nelson sentiu muito pela perda de seu pai.
- (C) Na brincadeira das meninas, uma maqueia a outra para um concurso de dança.
- (D) Os guardas-civis foram convocados para o evento da prefeitura.
- (E) Fotografamos vários botos-cores-de-rosa durante a viagem à Amazônia.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****QUESTÃO 11**

Pode-se afirmar a respeito do PODER CONSTITUINTE:

- (A) Pode ser originário ou derivado; pertence ao povo.
- (B) No originário, o titular desse poder é a assembleia nacional constituinte.
- (C) É sempre autônomo, ilimitado, incondicionado e soberano.
- (D) O originário é decorrente, formalista e revisional.
- (E) O Brasil não adotou a corrente positivista.

**QUESTÃO 12**

São tipos de CONTROLE PREVENTIVO DE CONSTITUCIONALIDADE, exceto:

- (A) A análise das Comissões de Constituição e Justiça do Legislativo.
- (B) O Veto do Chefe do Executivo.
- (C) O Decreto Legislativo do Congresso Nacional.
- (D) O Mandado de Segurança de Parlamentar para garantir o devido processo legislativo, vedando a adoção de procedimento desconforme com as regras da Constituição.
- (E) O próprio autor do projeto de lei afere a sua constitucionalidade, antes de apresentá-lo e de deflagar o processo legislativo.

**QUESTÃO 13**

A ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL:

- (A) É apreciada pelo STF, na forma disposta na Constituição, com eficácia plena materializada no art. 102, §1º da CF, cujo “caput” já indica seu conceito, objeto, legitimidade e demais requisitos formais.
- (B) Será cabível somente na modalidade de ação autônoma.
- (C) A decisão é aplicável imediatamente após a lavratura e publicação do acórdão.
- (D) A decisão tem efeito erga omnes, com efeito vinculante aos demais órgãos do Poder Judiciário.
- (E) A decisão só é recorrível por ação rescisória.

**QUESTÃO 14**

Sobre INTERVENÇÃO, podemos afirmar:

- (A) São tipos a intervenção federal, estadual e municipal.
- (B) As hipóteses de intervenção federal estão taxativamente previstas no art. 34 da CF.
- (C) Os entes federativos não têm autonomia político-administrativa, subordinando-se uns aos outros, de acordo com sua territorialidade.
- (D) A intervenção federal é sempre provocada, inexistindo a possibilidade de ato de ofício do Chefe do Executivo.
- (E) A materialização se dá por Medida Provisória, especificando a amplitude, o prazo e as condições de execução.

**QUESTÃO 15**

Quanto aos DIREITOS POLÍTICOS assinale a alternativa correta:

- (A) Não se exige o alistamento eleitoral perante a Justiça Eleitoral como premissa para o exercício integral de direitos políticos, vez que está vinculado à inscrição no Cadastro de Pessoa Física.
- (B) Ser eleitor é obrigatório para brasileiros e estrangeiros residentes no país, de ambos os sexos, maiores de 18 anos de idade e até o falecimento ou incapacidade civil relativa.
- (C) A qualidade de eleitor é facultativa para analfabetos, maiores de 75 anos e maiores de 16 e menores de 18 anos.
- (D) Os conscritos durante o serviço militar obrigatório têm suas zonas eleitorais transferidas para os postos das Forças Armadas mais próximos de sua alocação.
- (E) Quem se engaja no serviço militar permanente é obrigado a se alistar como eleitor.

**QUESTÃO 16**

Quando tratamos de MEIO AMBIENTE, incumbe ao Poder Público:

- (A) Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País, sem qualquer ingerência sobre as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
- (B) Exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, mantido sob sigilo até ulterior deliberação.
- (C) Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.
- (D) Priorizar a educação ambiental nos níveis superiores de ensino e a conscientização das populações locais para a preservação do meio ambiente.
- (E) Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade, com exceção, apenas, de áreas de caça esportiva legalizadas.

**QUESTÃO 17**

Com relação aos PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA é correto dizer:

- (A) O princípio da eficiência foi introduzido no art. 37 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional 19/1998.
- (B) O princípio da finalidade não é um aspecto do princípio da legalidade.
- (C) Pelo princípio da impessoalidade, os atos administrativos são imputáveis ao funcionário que os pratica, não ao órgão ou entidade administrativa em nome do qual ele age.
- (D) A publicidade é requisito formal de qualquer ato administrativo, sem exceção, convalidando sua regularidade após editada.
- (E) A moralidade e a probidade administrativa são sinônimas.

**QUESTÃO 18**

Assinale a alternativa correta:

- (A) Para os servidores estatais, a designação de cargo, função e emprego público se referem ao regime estatutário.
- (B) São requisitos para a caracterização do agente público: a natureza estatal da atividade desempenhada e a investidura nesta atividade.
- (C) Os servidores públicos podem ser divididos em três grandes grupos, apenas: 1) agentes políticos; 2) servidores estatais (públicos e de pessoas governamentais de Direito Privado); e 3) particulares em atuação colaboradora com o Poder Público.
- (D) Servidores Públicos são gênero das espécies de Agentes Públicos.
- (E) O múnus público se refere à habilitação profissional, com aptidão técnica para o exercício de determinada função.

**QUESTÃO 19**

São elementos do ato administrativo:

- (A) Perfeição, validade, presunção de veracidade, imperatividade e autoexecutoriedade.
- (B) Abstração, imperatividade e unilateralidade.
- (C) Declaração, investidura e prerrogativa.
- (D) Sujeito, forma, objeto, motivo e finalidade.
- (E) Vinculação e discricionariedade.

**QUESTÃO 20**

São traços característicos do PODER DE POLÍCIA, EXCETO:

- (A) Provém privativamente de autoridade pública.
- (B) É imposto coercitivamente pela Administração.
- (C) Abrange genericamente as atividades e propriedades.
- (D) Exige, via de regra, uma inação, ou seja, uma vedação de comportamento.
- (E) Não pode ser exercido previamente, antes que uma atividade ou ação individual se inicie.

**QUESTÃO 21**

Nos termos da Lei Federal n.º 11.107/05, que dispõe sobre as normas gerais de contratação de consórcios públicos, é correto afirmar que:

- (A) É cláusula dispensável do protocolo de intenções a que estabeleça os critérios para, em assuntos de interesse comum, autorizar o consórcio público a representar os entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo.
- (B) O consórcio público, para o cumprimento de seus objetivos, não poderá receber subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo.
- (C) Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados unilateralmente pela União caso esta integre o consórcio, independentemente dos demais consorciados, mas, observando os limites constitucionais.
- (D) A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
- (E) Ao consórcio público não há possibilidade de contratação pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados mediante a dispensa de licitação.

**QUESTÃO 22**

Quanto ao processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O processo administrativo apenas pode se iniciar a pedido de interessado, em razão do interesse de agir.
- (B) Não se admite que o requerimento inicial do interessado se dê através de solicitação oral, em razão da formalidade.
- (C) A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
- (D) É permitido que a decisão de recursos administrativos seja objeto de delegação.
- (E) O servidor ou autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria é autorizado a atuar em processo administrativo, desde que fundamente a sua decisão.

**QUESTÃO 23**

Para os fins da Lei Federal n.º 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no artigo 175 da Constituição Federal, a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, considera-se:

- (A) autorização de serviço público.
- (B) permissão de serviço público.
- (C) concessão de serviço público.
- (D) concessão de serviço público precedida da execução de obra pública.
- (E) desconcentração.

**QUESTÃO 24**

Nos termos da Lei Federal n.º 8.112/1990, a alteração do enquadramento organizacional de um cargo de provimento efetivo, que passa a integrar outro órgão ou entidade do mesmo Poder corresponde ao conceito de:

- (A) Remoção.
- (B) Redistribuição.
- (C) Licença.
- (D) Exoneração.
- (E) Relocação.

**QUESTÃO 25**

A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. Dispõe a Lei n.º 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal que:

- (A) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (B) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários prescreve em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (C) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em dois anos, contados da data em que foram praticados, incluindo quando comprovada má-fé.
- (D) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em dois anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (E) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários prescreve em dois anos, contados da data em que foram praticados, incluindo quando comprovada má-fé.

**QUESTÃO 26**

Assinale a alternativa correta considerando os termos da Lei n.º 12.153/09, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

(A) As ações de mandado de segurança se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, já as ações de desapropriação não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública.

(B) As ações de desapropriação se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, já as ações por improbidade administrativa não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública.

(C) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as ações de mandado de segurança e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos.

(D) As ações populares se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, já as ações por improbidade administrativa não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública.

(E) As ações de divisão e demarcação se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública.

**QUESTÃO 27**

Considerando um locatário de bem imóvel urbano, é correto afirmar que:

(A) O locatário possui legitimidade ativa para repetir indébito de IPTU e de taxas referentes ao imóvel alugado.

(B) O locatário possui legitimidade ativa para discutir a relação jurídico-tributária de IPTU referentes ao imóvel alugado, mas, não possui legitimidade ativa para discutir a relação jurídico-tributária de taxas referentes ao imóvel alugado.

(C) O locatário possui legitimidade ativa para discutir a relação jurídico-tributária de IPTU e de taxas referentes ao imóvel alugado e possui legitimidade ativa para repetir indébito desses tributos.

(D) O locatário não possui legitimidade ativa para discutir a relação jurídico-tributária de IPTU e de taxas referentes ao imóvel alugado nem para repetir indébito desses tributos.

(E) O locatário possui legitimidade ativa para discutir a relação jurídico-tributária de IPTU e de taxas referentes ao imóvel alugado, mas, não possui legitimidade ativa para repetir indébito desses tributos.

**QUESTÃO 28**

Quanto à responsabilidade por infrações, nos termos do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que:

- (A) Na denúncia espontânea, considerando a exclusão da responsabilidade pelo ilícito tributário, o sujeito passivo tem direito à exclusão apenas das multas.
- (B) Na denúncia espontânea, considerando a exclusão da responsabilidade pelo ilícito tributário, o sujeito passivo tem direito à exclusão apenas dos juros de mora.
- (C) Na denúncia espontânea, considerando a exclusão da responsabilidade pelo ilícito tributário, o sujeito passivo tem direito à exclusão das multas e dos juros de mora.
- (D) Considera-se espontânea a denúncia ainda que apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.
- (E) O Código Tributário Nacional proíbe a ocorrência da denúncia espontânea da infração em qualquer caso, em razão do princípio da capacidade contributiva e da indisponibilidade do interesse público.

**QUESTÃO 29**

Estabelece o Código Tributário Nacional que a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição prescreve em:

- (A) um ano.
- (B) cinco anos.
- (C) três anos.
- (D) quatro anos.
- (E) dois anos.

**QUESTÃO 30**

Assinale a alternativa correta considerando o Sistema Tributário Nacional disposto na Constituição Federal:

- (A) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir taxas.
- (B) É constitucional a adoção integral, no cálculo do valor de taxa, de base de cálculo própria de determinado imposto.
- (C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mediante lei complementar, poderão instituir empréstimos compulsórios.
- (D) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas.
- (E) Somente os Municípios poderão instituir contribuição de melhoria.

**QUESTÃO 31**

O Município Beta instituiu taxa pela utilização de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte. Nos termos do Código Tributário Nacional a regularidade desta taxa depende que a utilização deste serviço seja:

- (A) efetiva ou potencial.
- (B) ordinária ou extraordinária.
- (C) regular e indisponível.
- (D) específica e divisível.
- (E) efetiva, necessariamente.

**QUESTÃO 32**

Os impostos extraordinários instituídos temporariamente no caso de guerra externa devem ser suprimidos, gradativamente:

- (A) no prazo máximo de um ano, contado da celebração da paz.
- (B) no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da celebração da paz.
- (C) no prazo máximo de cinco anos, contados da celebração da paz.
- (D) no prazo máximo de três anos, contados da sua instituição.
- (E) no prazo máximo de um ano, contado da sua instituição.

**QUESTÃO 33**

Observe as assertivas abaixo e assinale a opção correta que preenche as lacunas.

*“A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de \_\_\_\_\_.*

*A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de \_\_\_\_\_ e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.*

*A lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da \_\_\_\_\_, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.”*

- (A) duração continuada, política fiscal, receita e fixação da despesa.
- (B) duração ilimitada, política fiscal, despesa e fixação da receita.
- (C) duração continuada, política federal, receita e fixação da despesa.
- (D) duração ilimitada, política fiscal, despesa e fixação da receita.
- (E) duração continuada, política federal, receita e fixação da despesa.

**QUESTÃO 34**

No que diz respeito às finanças públicas, sobre o orçamento é correto afirmar que:

- (A) os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais no âmbito da União serão apreciados exclusivamente pela Câmara dos Deputados, na forma do regimento comum.
- (B) é permitida a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
- (C) as emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual da União poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de transferência especial ou transferência com finalidade definida.
- (D) na transferência especial são vedados os repasses diretamente ao ente federado beneficiado, exceto se houver a celebração de convênio ou de instrumento congênere.
- (E) não há vedação à criação de fundo público, quando seus objetivos puderem ser alcançados mediante a vinculação de receitas orçamentárias específicas ou mediante a execução direta por programação orçamentária e financeira de órgão ou entidade da administração pública.

**QUESTÃO 35**

Acerca da Transparência da Gestão Fiscal, assinale a opção correta.

(A) são instrumentos únicos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio.

(B) o Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta e um de janeiro, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.

(C) é condicionado a interesse jurídico efetivo e justificado o acesso, por qualquer pessoa física ou jurídica, a informações quanto à despesa e a todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa e no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado.

(D) a prestação de contas da União conterà demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício.

(E) o incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos não se enquadra, expressamente, como instrumento de transparência da gestão fiscal.

**QUESTÃO 36**

De acordo com a Lei Nº 4.320/1964, “o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”. A respeito do tema, é CORRETO o que se afirma em:

(A) O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

(B) Exceto nos casos comprovados de calamidade pública, é vedado aos Municípios empenhar, nos dois últimos meses do mandato do Prefeito, mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente.

(C) Exceto nos casos comprovados de calamidade pública, nos dois últimos meses do mandato do prefeito, é vedado aos Municípios assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para execução depois do término do mandato.

(D) É vedada, em qualquer hipótese, a realização de despesa sem prévio empenho.

(E) Será necessário um empenho para cada parcela das despesas sujeitas a parcelamento, não sendo permitido o empenho global.

**QUESTÃO 37**

Acerca da propriedade, é CORRETO o que se afirma em:

- (A) O proprietário, desde que esteja na posse da coisa, tem a faculdade de usar, gozar, dispor e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.
- (B) O proprietário pode ser privado da coisa se o imóvel reivindicado consistir em extensa área, na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de quatro anos, de considerável número de pessoas, e estas nela houverem realizado, em conjunto ou separadamente, obras e serviços considerados pelo juiz de interesse social e econômico relevante.
- (C) A propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais.
- (D) A propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, em altura e profundidade úteis ao seu exercício, podendo o proprietário opor-se a atividades que sejam realizadas, por terceiros, a qualquer altura ou profundidade abrangidos pela propriedade.
- (E) Os frutos e mais produtos da coisa pertencem, ainda quando separados, ao seu proprietário, salvo se, por preceito jurídico especial, couberem a outrem.

**QUESTÃO 38**

João, pintor de imóveis, firmou contrato de prestação de serviços advocatícios com Caio, renomado advogado, tendo se comprometido a efetuar o pagamento da quantia de cinco mil reais para que o trabalho fosse realizado.

Na data convencionada para pagamento, João informou a Caio que não dispunha da quantia, mas se ofereceu para pintar o escritório do advogado, o qual aceitou e, por meio da convenção celebrada, considerou extinta a obrigação anterior, que foi substituída pela nova. O instituto utilizado para adimplemento da obrigação nessa situação hipotética denomina-se:

- (A) Novação.
- (B) Dação em pagamento.
- (C) Pagamento com sub-rogação.
- (D) Compensação.
- (E) Remissão de dívida.

**QUESTÃO 39**

A respeito do contrato de fiança, é CORRETO o que se afirma em:

- (A) Poderá ser estipulado na forma verbal.
- (B) Admite interpretação extensiva.
- (C) Poderá ser estipulado ainda que sem consentimento do devedor ou contra a sua vontade.
- (D) Não poderá ser de valor inferior ao da obrigação principal.
- (E) As dívidas futuras não poderão ser objeto de fiança.

**QUESTÃO 40**

Relativamente ao contrato de compra e venda, considere as seguintes assertivas:

- I – A compra e venda somente poderá ter por objeto coisa futura se a intenção das partes for de concluir contrato aleatório se a coisa não vier a existir.
- II – É válido o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço, em havendo consentimento expresso.
- III – Salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de escritura e registro a cargo do vendedor, e a cargo do comprador as da tradição.
- IV – Até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do vendedor, e os do preço por conta do comprador.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) IV, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 41**

Da sentença cabe apelação. A respeito do referido recurso, é CORRETO o que se afirma em:

- (A) Interposta a apelação em face das sentenças de extinção do processo sem resolução do mérito, o juiz terá 10 (dez) dias para retratar-se.
- (B) No julgamento de apelação ou de agravo de instrumento, a decisão será tomada, no órgão colegiado, pelo voto de 3 (três) juízes.
- (C) Na apelação é inadmissível suscitar questões de fato não propostas no juízo inferior, sendo irrelevante a comprovação da impossibilidade de fazê-lo por motivo de força maior.
- (D) Como regra, a sentença começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação ainda que interposto recurso de apelação, podendo, em algumas hipóteses previstas em lei, ser atribuído efeito suspensivo se o apelante demonstrar a probabilidade de provimento do recurso ou se, sendo relevante a fundamentação, houver risco de dano grave ou de difícil reparação.
- (E) Interposta a apelação, o juízo de admissibilidade será realizado pelo juízo de primeiro grau.

**QUESTÃO 42**

Em relação à prova pericial, é CORRETO o que se afirma em:

- (A) A prova pericial não poderá ser dispensada pelo juiz em razão da mera apresentação de pareceres técnicos ou documentos elucidativos pelas partes na inicial e na contestação sobre as questões de fato.
- (B) O perito deve assegurar aos assistentes das partes o acesso e o acompanhamento das diligências e dos exames que realizar, com prévia comunicação, comprovada nos autos, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.
- (C) Se o perito, por motivo justificado, não puder apresentar o laudo dentro do prazo originalmente fixado, o juiz poderá conceder-lhe, por uma vez, prorrogação por igual prazo.
- (D) O juiz determinará, de ofício ou a requerimento da parte, a realização de nova perícia quando a matéria não estiver suficientemente esclarecida, hipótese em que a segunda perícia substituirá a primeira.
- (E) O perito pode ser substituído quando faltar-lhe conhecimento técnico ou científico ou quando, sem motivo legítimo, deixar de cumprir o encargo no prazo que lhe foi assinado. Nesses casos, deverá restituir, no prazo de 15 (quinze) dias, os valores recebidos pelo trabalho não realizado, sob pena de ficar impedido de atuar como perito judicial pelo prazo de 5 (cinco) anos.

**QUESTÃO 43**

A respeito da ação rescisória, considere as seguintes assertivas:

I – A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória.

II – O direito à rescisão se extingue em 2 (dois) anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

III – Se os fatos alegados pelas partes dependerem de prova, o relator poderá delegar a competência ao órgão que proferiu a decisão rescindenda, fixando prazo de 1 (um) a 3 (três) meses para a devolução dos autos.

IV – A parte que obtiver, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova, cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável, terá direito à rescisão da decisão, cujo prazo será de 3 anos contados da data da descoberta da prova nova.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 44**

Em relação aos menores de dezoito anos de idade, titulares de direito material violado, é CORRETO o que se afirma em:

- (A) Poderão ajuizar a ação competente sem estarem representados ou assistidos, por possuírem capacidade processual.
- (B) Não poderão ajuizar a ação competente, devido à falta de capacidade para ser parte.
- (C) Não poderão ajuizar a ação competente sem estarem representados ou assistidos, em razão da falta de capacidade processual.
- (D) Não poderão ajuizar a ação competente sem estarem representados ou assistidos, em razão da falta de capacidade postulatória.
- (E) O menor de dezesseis anos poderá ajuizar a ação competente mediante assistência e o maior de dezesseis anos ou com dezesseis anos completos mediante representação.

**QUESTÃO 45**

A respeito da reconvenção, considere as seguintes assertivas:

I – Na ação monitória admite-se a reconvenção e o oferecimento de reconvenção à reconvenção.

II – São devidos os honorários advocatícios na reconvenção.

III – Na reconvenção não será permitido formular pedido genérico.

IV – O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 46**

Em observância à Lei nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, é CORRETO o que se afirma em:

(A) Para fins da referida lei, saneamento básico é definido como o conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais que se refere tão somente ao abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.

(B) Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

(C) Na prestação de serviços públicos de saneamento básico, deve ser evitada a adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais.

(D) Os serviços de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário poderão ser interrompidos pelo prestador na hipótese de inadimplemento, pelo usuário, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado, de forma que, em caso de coleta, afastamento e tratamento de esgoto, a interrupção dos serviços deverá preservar as condições mínimas de manutenção da saúde dos usuários, de acordo com norma de regulação ou norma do órgão de política ambiental.

(E) Constituem serviços públicos as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

**QUESTÃO 47**

Dentre os objetos possíveis da ação civil pública, NÃO se inclui:

- (A) As ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados aos consumidores.
- (B) As ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- (C) As ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados por infração da ordem econômica.
- (D) As ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos.
- (E) A pretensão deduzida em juízo de natureza tributária em defesa dos contribuintes, que vise questionar a constitucionalidade/legalidade de tributo.

**QUESTÃO 48**

A respeito da Lei nº 9.605/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, considere as seguintes assertivas:

I – A responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.

II – Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

III – Dentre as penas restritivas de direito aplicáveis à pessoa jurídica está a proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações pelo prazo máximo de cinco anos.

IV – A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido na referida lei terá decretada sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

**QUESTÃO 49**

Em relação aos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, é admitida a modalidade culposa no crime de:

- (A) Corrupção passiva.
- (B) Peculato.
- (C) Concussão.
- (D) Prevaricação.
- (E) Condescendência criminosa.

---

**QUESTÃO 50**

---

Mário, funcionário público municipal, retardou a emissão de certidão solicitada por um munícipe, com a intenção de prejudicá-lo, por ser seu desafeto pessoal. Mário praticou o crime de:

- (A) Corrupção passiva.
- (B) Concussão.
- (C) Prevaricação.
- (D) Peculato.
- (E) Advocacia administrativa.

---

**PROVA DISCURSIVA (PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL)**

---

**- ENUNCIADO DO PARECER:**

O Município de Alfa propôs execução fiscal em face de Tício, decorrente de certidão de dívida ativa referente a passivo tributário de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, precificado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no total.

Tício foi citado da execução fiscal e não pagou o tributo no prazo concedido pelo Juízo. Procedeu-se à penhora de bens de Tício, tendo sido opostos, 35 (trinta e cinco) dias úteis após a intimação de Tício acerca da penhora de seus bens, embargos à execução.

Tício não apresentou caução ao Juízo, tendo argumentado, não obstante, a necessidade de acesso à justiça em virtude da invalidade do crédito tributário, isto pois a sua propriedade, ainda que em área de expansão urbana assim reconhecida na legislação municipal para fins de indústria ou comércio, não detém quaisquer melhoramentos realizados pelo Poder Público, tais como meio-fio ou calçamento, canalização de águas pluviais, abastecimento de água, sistema de esgotos sanitários ou rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar, o que inviabilizaria a incidência tributária, à luz do disposto no artigo 32, § 1º, do Código Tributário Nacional.

Argumentou Tício, ainda, que mais de 50% de sua propriedade está localizada em área de preservação permanente ambiental, em virtude do curso d'água que a corta, o que igualmente inviabilizaria a incidência tributária sobre a propriedade, haja vista o majoritário sacrifício que a esta é imposto, promovendo o pedido subsidiário de redução proporcional do imposto conforme a área de APP, caso não acolhidos os pedidos anteriores.

O Município exerceu o contraditório.

Sobreveio sentença do Excelentíssimo Senhor Juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Alfa, deliberando pelo recebimento e conhecimento dos embargos à execução fiscal, à luz da inafastabilidade da jurisdição, e, no mérito, pela procedência dos embargos, acolhendo, na íntegra, os argumentos do Embargante, sob fundamentos análogos.

Diante de tal contexto, na condição de Procurador(a) do Município de Alfa, adote a medida prevista pela legislação processual com o intuito de buscar a reforma da decisão do Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Alfa.

Considerando o enunciado acima estabelecido e o descrito no Capítulo 11 do Edital, elabore uma peça prático-profissional manuscrita, com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 120 (cento e vinte) linhas. A Prova Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

**Atenção – a presente folha trata-se de rascunho - a redação deverá ser elaborada na folha de texto definitiva, entregue pelo Fiscal de Sala.**

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	

28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	

62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	

96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

